

# ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS

## Preocupações da nossa indústria



Pedro Corrêa de Barros

Constituindo hoje a política de segurança alimentar o principal requisito para que as empresas possam estar no mercado e não um factor de diferenciação ou de competitividade, além de ser por todos reconhecido que a segurança dos produtos alimentares de origem animal começa com a segurança da alimentação animal, desde há muito que nos reve-mos nas preocupações contidas no Livro Branco sobre a Segurança Alimentar quanto a um sistema de controlo integrado "do prado ao prato". Ou seja, uma partilha de responsabilidades ao longo da cadeia alimentar, uma vez que o nosso sector é parte integrante e essencial desta cadeia.

Além disso, uma vez que a generalidade das crises alimentares se ficou a dever a problemas na qualidade das matérias-primas, é absolutamente necessário que estas e seus respectivos fornecedores sejam devidamente licenciados e controlados, bem como todos aqueles que operam no mercado da alimentação animal, designadamente os autoprodutores e cooperativas que fornecem misturas às explorações pecuárias, que

devem submeter-se às mesmas regras impostas aos fabricantes de alimentos compostos.

De facto, convém não esquecer que a alimentação animal não se esgota no sector dos alimentos compostos para animais e que estes representam apenas cerca de 1/3 do total dos alimentos consumidos pelos animais, sendo o restante constituído por matérias-primas, forragens e misturas, que na maior parte das vezes não são controladas pelas autoridades.

Nesta perspectiva, a aposta das autoridades oficiais deve centrar-se no rigoroso cumprimento das acções de controlo e fiscalização dos produtos nacionais e importados e respectivos operadores, apostando na sua qualidade e relançando a confiança dos consumidores nos produtos de origem animal. Consideramos ainda essencial a avaliação e a comunicação do risco com base nas evidências científicas, de forma a evitar especulações junto da comunicação social e a tranquilizar os consumidores.

Colocando-se na vanguarda relativamente à higiene e qualidade dos produtos desta indústria, a IACA foi perscrutora na elaboração de um Código de Boas Práticas (homologado em 2000 pela DGV) para um sector que tem primado pela segurança dos produtos que fabrica. Pretendemos continuar, agora com a adaptação do Código ao Guia Europeu EFMC, já aprovado no âmbito do Comité Permanente da Cadeia Alimentar. A prática de uma política proactiva relativamente à segurança e a consciência de que a prevenção deve ser a base dessa mesma segurança tem conduzido a uma imagem credível e fiável do sector.

Pena é que não seja possível aplicar a mesma exigência a toda a produção de alimentos compostos, seja ela do sector cooperativo seja da autoprodução. Para isso há que ser feito um esforço, a partir das autoridades que tutelam esta indústria, para que a pecuária, destinatária dos nossos produtos, possa apresentar-se ao público consumidor como uma actividade verdadeiramente segura.

Com a continuada política de uma cada vez melhor alimentação e saúde animal e da consequente melhoria da qualidade dos produtos derivados desses mesmos animais, reforçamos deste modo o nosso compromisso com a saúde das pessoas através da protecção da sua alimentação. Uma exigência que em nome da sociedade a todos respeita: fornecedores de produtos para a alimentação animal, transportadores, produtores agrícolas e pecuários, indústria transformadora e distribuição alimentar.

**Pedro Corrêa de Barros**, Presidente da Direcção da IACA – Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais

